

A Parceria Azul China-Portugal: Uma Perspectiva Relacional

Por: Yi Sun

Nº de Aluno: 47219

Resumo

Partindo do reconhecimento da relevância do mar na agenda económica e política da China e da União Europeia, e em particular no caso português, o trabalho tem como objetivo principal avaliar o recente surgimento da Parceria Azul entre Portugal e a China, baseando no conceito de “relational power” de RI. O trabalho responderá a três perguntas de partidas: 1) Porque é que surgiu a primeira Parceria Azul China-Portugal no contexto sino-europeu? 2) Como irá funcionar? 3) Quais são as suas perspectivas? Para tal, o trabalho é dividido em três partes. A primeira parte irá explorar o raciocínio da parceria baseando na teoria relacional confucionista de RI para encontrar um enquadramento analítico da Parceria, baseando de que, se desenvolverá uma análise da parceria azul China-Portugal na segunda parte. A terceira irá identificar as principais dimensões da parceria assim como as suas perspectivas. O trabalho argumenta que a Parceria Azul, enquanto instrumento diplomático, tem um raciocínio diferente que as parcerias ocidentais convencionais, pois tem um carácter relacional em primeiro lugar. Neste sentido, a sua origem vem das relações, o seu potencial partem das relações.

Palavras-Chave: Parceria Azul; Cooperação marítima; Uma Faixa, Uma Rota; Relações China-Portugal

Índice

Introdução

1. O raciocínio da parceria
2. O surgimento da Parceria Azul China-Portugal
 - 2.1 O contexto relacional europeu
 - 2.2 As interações bilaterais e co-interesses
 - 2.3 O impacto das relações com os EUA
3. As dimensões da parceria
 - 3.1 A investigação científica e inovação
 - 3.2 O turismo costeiro e marítimo
 - 3.3 A energia *offshore* e os transportes marítimos
 - 3.4 Os Portos
 - 3.5 A prospecção das redes lusófonas: a cooperação tripartida

Bibliografia

Introdução

No início do século XXI, o mundo está cada vez mais a deslocar-se para o mar. É evidente em todo o mundo o interesse crescente pelos recursos marinhos e pelas novas indústrias marítimas como forma de criar empregos, crescimento económico e ajudar a assegurar o fornecimento de energia e a segurança alimentar, para além de resolver os problemas globais, tais como as alterações climáticas, a protecção ambiental e da preservação da biodiversidade. Partindo do reconhecimento da relevância do mar na agenda económica e política da China e da União Europeia, e em particular no caso português, o trabalho tem como objetivo principal avaliar o recente surgimento da Parceria Azul entre Portugal e a China, baseando no conceito de “relational power” de RI. O trabalho responderá a três perguntas de partidas: 1) Porque é que surgiu a primeira Parceria Azul China-Portugal no contexto sino-europeu? 2) Como irá funcionar? 3) Quais são as suas perspectivas? A primeira parte irá explorar o raciocínio da parceria baseando na teoria relacional confucionista de RI para encontrar um enquadramento analítico da Parceria, baseando de que, se desenvolve uma análise da parceria azul China-Portugal na segunda parte. A terceira irá identificar as principais dimensões da parceria assim como as suas perspectivas. O trabalho argumenta que a Parceria Azul, enquanto instrumento diplomático, tem um raciocínio diferente que as parcerias ocidentais convencionais, pois tem um carácter relacional em primeiro lugar. Neste sentido, a sua origem vem das relações, o seu potencial partem das relações.

1. O raciocínio da parceria

Na perspetiva relacional confucionista, as relações humanas podem constituir um fator crucial para análise política. O poder relacional, cunhado por Qin, é o poder da relação. Simplesmente, o poder vem das relações e exerce influências nas relações. O poder relacional como recursos tem três significados inter-relacionados: 1) a relação é um recurso do poder; 2) é possuído ou partilhado pelos atores-em-relação (relator); 3) é aumentado pelo uso, diminuído pelo uso infrequente, e esgotado pelo não-uso (Qin, 2018: 259). A relação enquanto recurso do poder pode ser avaliada por dois indicadores: a intimidade e a extensidade, sendo que o primeiro indica a qualidade da relação e o segundo a quantidade (Qin, 2018: 266). Quando mais íntima a relação com os outros relatores, mais confiáveis os recursos que poderá obter dessa relação; quando mais extenso os círculos relacionais, mais recursos que poderá extrair das relações (Qin, 2018: 266-267).

Para os relatores, manter uma boa relação é essencial para (re)produzir influência e resultados desejáveis. A materialização do poder relacional é determinada, em grande medida, pela gestão das relações mútuas. E por isso mesmo, o poder relacional é definido por Qin como “a habilidade de gerir as relações” (Qin, 2018: 288). Quando investir mais na gestão, maior qualidade positiva da relação, melhores resultados desejáveis que poderá obter dessa relação; quando investir menos, menor qualidade positiva da relação, menores resultados desejáveis que poderá extrair dessa relação.

Segundo Qin, o mecanismo de *renqing*, traduzido literalmente como “sentimentos humanos”, é uma analogia da norma social de “*bao* (quase igual à reciprocidade)” — uma típica prática social observada nas sociedades mais comunitárias como Ásia. É muito semelhante ao termo ocidental de “reciprocidade”, mas o último é mais no sentido económico por mediação de um *right price*, ou no sentido institucional por cumprimento de regras. No entanto, o *renqing* não é negociado por preço ou regras; é um mantenedor das relações entre quem dê um favor e quem retribua em turnos — é sentimental e obrigatoriamente recíproco (Qin, 2018: 282). Numa relação entre A e B, A poderá partilhar os seus recursos do poder que B precisa, ou seja, A dá um favor a B; uma vez que B recebe este favor, os dois estão relacionados na primeira troca de *renqing*, e simultaneamente, é de esperar que B retribua um favor a A no futuro, por exemplo, partilhar os seus recursos do poder que A precisa; uma vez que B retribui um favor a A, o círculo da reciprocidade é estabelecido. E mais importante, este círculo recíproco serve não só para satisfazer os interesses de A e B (função instrumental), mas também para manter e consolidar a própria relação entre os dois (função sentimental), o que poderá reproduzir uma nova base sentimental para um novo círculo recíproco entre as duas partes no futuro. E é neste sentido, o poder relacional é um processo de co-empowering dos relatores que reside em movimento bilateral ou multilateral, no sentido bidirecional, no jogo de ganha-ganha.

De certa forma, o poder relacional é uma reflexão da meta-relação da dialética confucionista *Zhongyong* — uma relação de duas polaridades (*ying* e *yang*) baseada em três princípios: 1) os dois pólos opostos interagem entre si e constituem um orgânico todo — uma relação de partilha; 2) os dois pólos complementam-se no processo dinâmico — uma relação da troca para melhoramento mútuo; 3) a harmonia é o estado de natureza. Isso não quer negar a existência dos conflitos, mas os conflitos são vistos como uma

derivação da harmonia a ser corrigida pela prática de *“toward to the due middle”* (Qin, 2018: 183)—uma relação produtiva e positiva.

Com lentes do poder relacional, a lógica da ação é relacional. A racionalidade do relator é medida pelas suas relações com os outros em primeiro lugar. Simplesmente, é a relação que seleciona. Qin propõe duas variáveis para medir a relação: a intimidade e a importância. A intimidade é a linha-base para a tomada de decisão e plano da ação — *“all other things being equal, (...) the more intimate the relationship is, the more the self is likely to cooperate”* (216). A importância é outro fator crucial — a relação mais importante de um ator poderá servir como a sua referência para ajustar o relacionamento com os outros (217). Para um ator-em-relação, a melhor estratégia é *“make the less intimate intimate and make the more important intimate too”* (225).

Tabela 1: Raciocínios da Pareceria em RI na perspectiva comparada

	Perspetiva do poder agencial	Perspetiva do poder estrutural	Perspetiva do poder relacional
Atores	Atores individuais	Atores-na-estrutura	Atores-em-relação
Recursos	Capital individual	Capacidades estruturais	Relações
Acesso	Acesso restrito	Acesso restrito	Acesso aberto
Influência	Unidirecional: do portador ao receptor	Unidirecional: da estrutura à unidade	Bidirecional: entre doer e receptor
Efeito	Mudar os comportamentos dos outros	Regular os comportamentos dos outros	Afetar os comportamentos uns aos outros
Estado ideal	Sincronicidade	Sincronicidade	Harmonia

Elaboração própria, baseada na tipologia do poder de Qin (2018).

2. O surgimento da Pareceria Azul China-Portugal

No início deste novo milénio, o mundo está cada vez mais a deslocar-se para o mar. É evidente em todo o mundo o interesse crescente pelos recursos marinhos e pelas novas indústrias marítimas como forma de criar empregos, crescimento económico e ajudar a assegurar o fornecimento de energia e a segurança alimentar, para além de resolver os problemas globais, tais como as alterações climáticas, a protecção ambiental e da preservação da biodiversidade. Neste contexto, no final da visita oficial do Presidente Xi Jinping a Portugal entre 4 e 5 de dezembro de 2018, a dimensão marítima surgiu como um *item* independente inserido no Reforço da Parceria Estratégia Global entre a China e

Portugal¹ com um foco na Parceria Azul, que tinha sido formalizada em 3 de Novembro de 2017, sendo que essa é a primeira parceria concreta no âmbito da concepção da Parceria Azul entre a China e a UE.

Se é mais conveniente entender a lógica da cooperação marítima entre a China e a Europa a nível sistemático, determinada pela natureza da globalização e estrutura internacional, a razão de Portugal ser o primeiro país da UE a estabelecer uma parceria bilateral com a China deve ser melhor entendida pelo raciocínio relacional— as interações bilaterais dentro do contexto relacional em que os dois países estão incorporados.

2.1 O contexto relacional europeu

Pela intimidade e importância, as relações bilaterais sino-portuguesas são sempre analisadas, em primeiro lugar, no contexto relacional europeu, nomeadamente o contexto sino-europeu e luso-europeu. A parceria azul não foge à regra.

A intenção mútua de desenvolver uma cooperação estratégica no âmbito do mar entre a China e a União Europeia foi expressada oficialmente no documento *EU-China 2020 Strategic Agenda for Cooperation*, assinado durante o encontro entre o então Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso e o Primeiro-Ministro chinês, Li Keqiang, em 21 de novembro de 2013. Os assuntos do mar, para além de serem abordados integralmente nas áreas como a segurança, transporte e infra-estrutura, tornaram-se um ponto específico (ponto VI) que abrange as áreas da gestão integrada dos oceanos, ordenamento do espaço marítimo, ciência e tecnologia marítima, economia marítima, exploração dos recursos energéticos do mar. Na sequência deste entendimento, realizou-se o primeiro Diálogo de alto nível no âmbito da gestão integrada dos oceanos em outubro de 2015, em particular, a primeira visita oficial do então Comissário da UE para o Ambiente, Assuntos Marítimos e Pescas, Visita de Karmenu, à China. Esta visita é considerada para fortalecer a cooperação e desenvolvimento no âmbito da política ambiental, marítima e

¹ No dia 5 de dezembro de 2018, em Lisboa, os dois países assinaram a Declaração Conjunta sobre o Reforço da Parceria Estratégica Global. A dimensão marítima é descrita no ponto 13 com a seguinte redação na versão portuguesa: As duas Partes coincidiram no grande potencial e perspectivas de cooperação marítima entre Portugal e a China, dois grandes países marítimos. Com base no princípio de benefício mútuo e ganhos compartilhados, as partes propõem-se aprofundar sustentadamente a cooperação marítima e a desenvolver a Parceria Azul entre Portugal e a China, implementar o Plano-Quadro para a Ação Conjunta para a Cooperação Marítima, com vista ao desenvolvimento da economia marítima e marinha dos dois países. Consultado em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=2fd99222-ca9f-403c-91d9-1b1bbb8cfb7>

das pescas. Para “promover laços mais estreitos e compreensão mútua”, o ano de 2017 foi nomeado como *EU-China Blue Year*, um passo simbólico para juntar os especialistas de ambos os lados para partilha de conhecimentos e troca de informações, pontos de vista, experiências e boas práticas em uma série de eventos e atividades realizados nas cidades europeias e chinesas durante o ano inteiro. De acordo com a declaração da imprensa conjunta do ano azul², o programa é composto por quatro temas: a governação dos oceanos, a economia azul, a conservação e a monitorização marinha. É interessante ver que a UE propõe todas as atividades no âmbito da governação do oceano a serem realizadas, a China propõe todas as atividades no âmbito da economia azul, e ambas as partes propõem as atividades ligadas ao desenvolvimento, o que reflecte, de certa maneira, a forma de convergir os interesses comuns. Entre eles, a *World Ocean Week*, sob o tema da economia azul, realizada na cidade chinesa de Xiamen em novembro de 2017, levou ao apogeu o ano azul na China. E também foi durante este evento que a ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, e o seu homólogo chinês, Wang Hong, assinaram a Parceria Azul e o Plano-Quadro para a Ação Conjunta para a Cooperação Marítima. Tendo em conta as cooperações precedentes e a “conclusão bem sucedida”³ do *EU-China Blue Year*, não é por acaso, poucos meses depois, em 16 de julho de 2018, a China e a UE chegaram a assinar uma pareceria para os oceanos, durante a 20ª cimeira China-UE em Pequim. Esta pareceria é considerada “a primeira do seu género”⁴ — especificamente para os oceanos em todos os seus aspectos, entre os objetos prioritários, colaborar em diversas áreas da governação dos oceanos e apostar na economia azul sustentável.

Convém mencionar também o papel ativo de Portugal no processo da integração europeia, e em particular, no desenvolvimento da Política Marítima Integrada da UE desde a sua concepção. O início de funções do Presidente da Comissão Europeia José Manuel Durão Barroso (2004-2014), ex-primeiro-ministro português (2002-2004), ficou marcado por uma nova visão para os mares e oceanos, tendo sido nomeado Joe Borg, de nacionalidade maltesa, Comissário Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas. A

² Joint press statement: The European Commission and the Government of the People’s Republic of China on 2017 EU-China Blue Year. Consultado em: https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/sites/maritimeaffairs/files/eu-china-blue-year-2017_en.pdf

³ Commissioner Vella travels to China to strengthen maritime ties. Consultado em: https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/content/commissioner-vella-travels-china-strengthen-maritime-ties_en, 07/12/2017

⁴ Eu and China sign landmark partnership on oceans. Consultado em: https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/content/eu-and-china-sign-landmark-partnership-oceans_en, 16/07/2018

discussão sobre a futura da política marítima europeia foi lançada publicamente pelo Livro Verde, em 2006, que invoca um novo modelo de governação integrada em todos os níveis, horizontais e transversais, de modo a compatibilizar crescimento dos diferentes setores marítimos com a sua sustentabilidade ambiental, o que reflecte claramente “a sintonia de princípios e objetivos entre a Comissão Europeia e as ideias anteriormente desenvolvidas em Portugal pela Comissão Estratégica dos Oceanos, que foram depois consagradas na atual Estratégia Nacional (portuguesa) para o Mar”⁵. Seguida pela discussão pública de um ano, a Comissão apresentou oficialmente a comunicação sobre a Política Marítima Integrada da União Europeia— o Livro Azul (2007), estabelecendo ao mesmo tempo um Plano de Ação que visa criar uma integração dos diversos domínios marítimos em toda a UE, nomeadamente: a vigilância marítima, o ordenamento do espaço marítimo e gestão integrada das zonas costeiras, a observação e dados sobre o meio marinho. Desde então, tem sido criado vários mecanismos interativos para facilitar o acesso à informação relacionada com o mar e ajudar a aumentar o conhecimento da Europa marítima, e mais importante, sensibilizar o potencial da Europa marítima. Entre eles, o *Maritime Forum*, *European Atlas of the Seas*, *European Maritime Day*. É de acrescentar que, o *European Maritime Day*, celebrado anualmente no dia 20 de maio desde 2008, tem como parte integral a organização da conferência EMD — um encontro anual da comunidade marítima da Europa promovido pela Direcção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas da Comissão Europeia, para dinamizar uma vasta rede de *stakeholders* ligados aos mares e oceanos, abrangendo os profissionais marítimos, empresários e líderes políticos no domínio oceânico de empresas, governos, instituições públicas, ONGs e universidades. Se a primeira fase do desenvolvimento da política marítima integrada foi orientada para “reafirmar a dimensão europeia”, a segunda fase, sobretudo, a partir da Presidência cipriota do Conselho em 2012, é virada mais para o Crescimento Azul—apoiar a longo prazo o crescimento sustentável no conjunto dos setores como aquicultura, turismo costeiro e marítimo, biotecnologia azul, energia dos oceanos, e exploração mineira dos fundos marinhos⁶. Como por exemplo, a recém edição da conferência EMD de 2019 foi realizada, por acaso, na capital portuguesa, Lisboa, e teve como foco especial de impulsionar a economia marítima sustentável

⁵ Tiago Pitta e Cunha, Portugal e o Mar, P73

⁶ COM (2012) 491 final. Consultado em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52012DC0491&from=EN>, Bruxelas, 11.9.2012

através do empreendedorismo, inovação e do investimento⁷. Durante os dois dias deste evento, foram realizados mais de uma centena de oradores, 28 workshops e 21 *pitchs*, com uma participação mais de 1.400 participantes de 53 países.

2.2 As interações bilaterais e co-interesses

Os círculos relacionais sobrepostos e misturados sino-europeus e luso-europeus em matéria do mar constituem o contexto relacional fundamental em que a China e Portugal desenvolvem as suas relações bilaterais e cultivam os interesses comuns. Interessa, portanto, acompanhar brevemente essa evolução no sentido bidirecional.

Para a China, a focagem no mar para desenvolver a economia nacional começou na década de 90 sob a influência da agenda das Nações Unidas— Agenda 21 Global. Nesse âmbito, surgiu a publicação dos dois documentos essenciais: o Plano Nacional de Desenvolvimento do Mar em 1995 e a Agenda do Século XXI para o Oceano da China em 1996, formulando assim as linhas directrizes para o futuro desenvolvimento sustentável dos oceanos e do mar. Entrando no século XXI, com a abertura total da economia da China e da sua modernização, e perante as disputas territoriais cada vez mais tensas no mar da China, o governo chinês, por um lado, lançou a ideia de “construir um oceano harmonioso” para garantir um ambiente externo seguro e estável ao desenvolvimento do país; e por outro lado, tem apoiado cada vez mais o desenvolvimento da economia azul, implementando várias estratégias nacionais ligadas aos oceanos, e em particular, o 12º Plano Quinquenal (2011-2015) sobre o desenvolvimento económico e social do país que incluiu, pela primeira vez, o “desenvolvimento da economia azul” como uma estratégia de desenvolvimento nacional, com um foco especial para a otimização da estrutura da indústria do mar e o reforço da gestão integrada do mar. E é neste contexto, surgiu a iniciativa da Nova Rota da Seda Marítima do Século XXI, anunciada pelo Presidente chinês Xi Jinping, em 2013, com a visão de construir redes de zonas livres de comércio, uma forma de os países interligarem as suas estratégias de desenvolvimento, complementando as suas vantagens competitivas.

O retorno português a uma abordagem do mar virada para o futuro—ligada ao desenvolvimento sustentável, à preservação da natureza, e à ciência e tecnologia,

⁷ Jornal da Economia do Mar. Lisboa acolha dois eventos sobre o mar a partir de amanhã. Consultado em: <http://www.jornaldaeconomiamar.com/lisboa-acolhe-dois-eventos-sobre-o-mar-a-partir-de-amanha/>, 15/05/2019

começou também nos anos 90 nos círculos dos formuladores da política, e estendeu-se à dimensão pública a partir da segunda década do século XXI (Pitta e Cunha, 2011:34-41). O objetivo principal era procurar um “reposicionamento” do país no contexto competitivo da globalização e do alargamento e aprofundamento da UE (Pitta e Cunha, 2011:60-61). Vários fatores foram favoráveis: desde logo, a ampla dimensão da geografia marítima marcada por uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) do mundo; a localização geo-estratégia privilegiada—país de fronteira entre três continentes e entre o Oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo; a eventual extensão da plataforma continental a ser analisada pelas Nações Unidas; a intensificação da povoação costeira—cerca de 76% da população portuguesa vive nas regiões costeiras; o reconhecimento a nível mundial das instituições portuguesas da ciência e tecnologia do mar; a existência das atividades económicas ligadas ao mar com níveis de desenvolvimento acima da média europeia (portos, turismo marítimo e indústria do pescado); a imagem externa de Portugal como uma nação marítima; e por último, mas não menos importante, a importância do mar na história, cultura e identidade portuguesa. Além disso, a profunda crise da dívida europeia sentida em Portugal veio reforçar a ideia de transformar o “desígnio nacional” do mar em realidade, elevando o mar como prioridade nacional para o crescimento económico. E é nesse sentido, a Estratégia Nacional para o Mar (ENM) foi atualizada para o período de 2013-2020 sob a orientação do “Crescimento Azul”.

A parceria azul entre a China e Portugal é baseada na interligação das estratégias de desenvolvimento dos dois países, nomeadamente, a Nova Rota da Seda Marítima da China e a Estratégia Nacional para o Mar de Portugal. No entanto, o estabelecimento dessa parceria não ocorreu pela simples pré-existência dos interesses de cada um dos países. Ele tem sido fruto de vários e sucessivos esforços diplomáticos, desenvolvidos já de alguns anos em diversas ocasiões, quer bilateral quer multilateral.

A re-aproximação pragmática entre a China e Portugal começou sobretudo na última década com o surgimento de grande investimento chinês no processo de privatização portuguesa sob a intervenção da Troika, o que levou as relações tradicionais de amizade concentradas em Macau nos domínios cultural e educacional para um patamar maior, particularmente no domínio económico. Em julho de 2014, durante a sua escala técnica na ilha Terceira, o Presidente Xi Jinping reuniu-se com o então vice-primeiro-ministro Paulo Portas, apontando, talvez pela primeira vez, o potencial do mar nas relações

bilaterais⁸. Obviamente, a parte portuguesa deu uma resposta positiva imediata pelo fato de que, em novembro desse ano, a então ministra da Agricultura e do Mar, Assunção Cristas, efetuou a sua primeira visita oficial a várias cidades chinesas onde além dos sectores tradicionais agro-alimentares, o mar integrou na agenda dos contactos. Pela avaliação da ministra portuguesa, as duas partes tinham encontrado "uma abordagem convergente" acerca da nova economia azul e "muito interesse" quanto à geologia marinha⁹. No ano seguinte, não é de estranhar que, como uma resposta chinesa, o alto-representante da Administração Estatal Oceânica chinês, Fang Jianmeng, chefiou uma delegação para participar na conferência ministerial da Semana Azul 2015 em Portugal, e reuniu-se com a então ministra Assunção Cristas, discutindo as diversas possibilidades de cooperação, em particular nos domínios da tecnologia científica do mar, dos recursos marinhos e da aquicultura. Iniciou-se assim, o primeiro círculo de contactos em matéria da cooperação marítima entre os dois países. Um ano mais tarde, em junho de 2016, o ministro da Administração Estatal Oceânica chinês, Wang Hong, fez a sua visita oficial a Portugal, e teve uma reunião bilateral com a atual ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, e daí resultou o primeiro Memorando de Entendimento no âmbito do mar. Durante esse período, realizaram-se vários projetos de investigação concretos nas áreas de investigação, ciência e inovação ligados aos oceanos e ao mar, alargando gradualmente as novas intenções de cooperação manifestadas pelos dois governos, em particular, construir parcerias empresariais no quadro da Uma Faixa Um Rota.

O ano de 2017 é marcado pelo fortalecimento da cooperação sino-portuguesa em matéria do mar. Em junho, a delegação chinesa liderada pelo vice-ministro da *State Oceanic Administration* chinês, Shi Qingfeng, participou de novo na conferência ministerial da Semana Azul em Portugal, durante a qual, as duas partes portuguesa e chinesa concordaram em elaborar um Plano de Acção Conjunta no enquadramento do Memorando de Entendimento assinado anterior, acrescentando nele a construção da "Parceria Azul". No final de outubro, a ministra Ana Paula Vitorino fez uma missão de oito dias à China acompanhada por uma comitiva empresarial de 40 elementos ligados à

⁸ Segundo o jornal chinês *People's Daily Overseas Edition*, Xi Jinping mencionou que "tanto a China quanto Portugal têm uma longa costa e abundantes recursos marinhos, e ambos os lados podem fortalecer a cooperação no desenvolvimento da economia azul e na exploração dos recursos marinhos." (tradução do autor). Consultado em: http://paper.people.com.cn/rmrhwb/html/2014-07/25/content_1457000.htm, 07/25/2014

⁹ China e Portugal convergem sobre economia azul. Correio da manhã. Consultado em: https://www.cmjornal.pt/economia/detalhe/china_e_portugal_convergem_sobre_economia_azul, 14/11/2014.

economia do mar para apresentar projectos de diverso sectores, entre eles, destaca-se o plano de investimento no sector portuário, para além das outras oportunidades em áreas de energias renováveis oceânicas, a construção naval, a biotecnologia azul ou a bio prospeção marinha¹⁰. Durante o seminário intitulado “A Parceria Azul entre Portugal e China e a Rota Marítima da Seda do século XXI”, promovido pela Embaixada de Portugal em Pequim, o ministro Wang Hong confirmou o interesse chinês em criar sinergias entre a parceria azul China-Portugal e a iniciativa chinesa Uma Faixa Uma Rota—um programa de investimento em infraestrutura a que Portugal pretende aderir. Como a última paragem desta missão— a *World Ocean Week* na cidade chinesa *Xiamen*, com o tema de promover a sustentabilidade da economia azul, atividade integral da celebração do *EU-China Blue Year*, a ministra portuguesa, Ana Paula Vitorino, e o seu homólogo chinês, Wang Hong, assinaram oficialmente o acordo da Parceria Azul e o Plano-Quadro para a Ação Conjunta para a Cooperação Marítima, resultando daí a primeira parceria azul no contexto sino-europeu.

Na véspera da visita oficial da sua visita a Portugal em dezembro de 2018, o Presidente Xi Jinping dirigiu um artigo de opinião ao público português em que salientou o potencial de “ser pioneiros de ‘economia azul’”¹¹. E como resultados da sua visita, a parceria azul passou a enquadrar-se ainda em dois instrumentos bilaterais: a Parceria Estratégica Global e o Memorando de Entendimento da nova Rota da Seda, o que marcou um novo começo do círculo da cooperação estratégica em assuntos dos oceanos e do mar entre os dois países.

2.3 O impacto das relações com os EUA

As relações com os EUA constitui um fator da importância para as relações sino-portuguesas, e em particular, a parceria azul no quadro da nova Rota da Seda. Pois, para os EUA, a iniciativa da nova Rota da Seda não é simplesmente um conceito económico, mas sim uma estratégia geopolítica com a ambição da expansão e da dominação. No

¹⁰ Economia. Ministra do Mar em visita à China para vender portos portugueses. Consultado em: <https://expresso.pt/economia/2017-10-30-Ministra-do-Mar-em-visita-a-China-para-vender-portos-portugueses>, 30/10/2017

¹¹ Diário de Notícias. Uma amizade que transcende o tempo e o espaço, uma parceria voltada para o futuro. Consultado em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/02-dez-2018/interior/uma-amizade-que-transcende-o-tempo-e-o-espaco-uma-parceria-voltada-para-o-futuro-10265258.html>, 02/12/2018

entanto, entre os países que apoiam explicitamente “Uma Faixa, Uma Rota”, há aliados dos EUA, incluindo os aliados tradicionais europeus.

Sendo um instrumento diplomático mais importante da China, a iniciativa da nova Rota da Seda desempenha um papel de importância para encontrar um novo equilíbrio nas relações sino-americanas. De certa forma, a iniciativa da nova Rota da Seda é uma tentativa chinesa que reside nas suas práticas da abertura no contexto da globalização, e também na sua tradição diplomática em que as diferenças sejam respeitadas e as similitudes devidamente exploradas; é um instrumento mantenedor e de gestão das relações com o objetivo de criar um ambiente estável e harmonioso a longo prazo, a partir de que os atores-em-relação podem cultivar e obter os benefícios de acordo com os seus interesses. Pois, na perspectiva relacional, as próprias relações inter-atores constituem recursos fundamentais para o processo de *co-empowering*. E é nesse sentido, o sucesso da iniciativa da nova Rota da Seda também precisa, pelo menos, um mínimo apoio dos EUA—um desafio a ser gerido pela inteligência confucionista de “*toward to the due middle*”.

Portugal, sendo um aliado tradicional dos EUA, a sua recente aproximação pragmática com a China tem chamado a atenção dos seus aliados prioritários—os EUA. Para Portugal, as suas relações com a China tem importância fundamental para revitalizar a economia portuguesa, porém há interesses dificilmente conciliáveis com os dos EUA. E é nesse sentido, os especialistas de RI alertam os limites políticos na diplomacia económica. Pois, para um ator-em-relação, parece que é uma questão da escolha entre os dois atos cooperativos que estão em conflito; porém, a melhor estratégia é fazer o melhor uso produtivo das duas relações—a relação da intimidade e a relação da importância.

3. As dimensões da parceria

Os círculos relacionais e as interações bilaterais dentro do contexto relacional determinam, mais ou menos, as dimensões da parceria. No caso da Parceria Azul, podemos identificar as seguintes áreas-chave de cooperação, nomeadamente, a investigação científica e inovação, o turismo costeiro e marítimo, a energia *offshore*, as infraestruturas marítimas e as redes multi-laterais, em particular as redes dos países lusófonos, em que possam prosperar cooperações tripartidas.

3.1 A investigação científica e inovação

É uma área menos sensível e de extrema importância ligada ao futuro. Com a parceria azul, está previsto para estabelecer mais centros de investigação conjunta de ciência marinha e inovação tecnológica em Portugal e na China, e mais projectos de I&D e intercâmbios académicos em áreas focadas nos recursos marinhos, na Biologia, na Oceanografia, na Engenharia Naval e etc.. Alguns projectos já estão no chão. O Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve está a cooperar com vários institutos de pesquisa e universidades chinesas, visando estudar espécies como mexilhões, pepinos do mar e alfaça, na esperança de garantir a sustentabilidade via aquicultura. O Centro de Engenharia e Tecnologia Naval da Universidade de Lisboa, está a participar de forma ativa na investigação e segurança do navio chinês Jianghai—um “navio cargueiro intermodal fluvial-marítimo”, possibilitando não só a entrada de um navio marítimo num rio e vice versa, como o melhoramento de capacidade de carregamento de contentores.¹²

3.2 O turismo costeiro e marítimo

O turismo em geral, para além de ser uma prática que favorece à economia, é uma atividade que contribui para aumentar o conhecimento mútuo entre as pessoas e sociedades diferentes. Tradicionalmente, o número de turistas chineses representava uma percentagem pouco significativa no setor do turismo de Portugal e vice versa, por causa do desconhecimento da imagem do destino, grande distanciamento geográfico e cultural, inexistência de ligações aéreas, desconhecimento das línguas (guia-intérpretes), desconhecimento das necessidades e exigências dos turistas, e etc.. Porém, a partir de poucos anos, este mercado está numa fase de crescimento acelerado, e em particular, o turismo emissor chinês para Portugal. Depois da inauguração do primeiro voo directo entre a China e Portugal em julho de 2017 (este voo encontra-se suspenso de momento e está previsto a ser retomado dentro de breve), o número de turistas chineses que visitaram Portugal ultrapassou pela primeira vez os 200.000, chegando a 256.000, um aumento de 40,7% face a 2016.¹³ Além disso, os intercâmbios culturais e de pessoas nunca foram tão dinâmicos como recentemente, tais como intercâmbios de educação

¹² Diário do Povo Online (Versão em português).Portugal e China reforçam cooperação no âmbito da parceria azul. Consultado em: <http://portuguese.people.com.cn/n3/2018/1205/c309814-9525679.html>, 05/12/2018

¹³ O Jornal Económico. Aviação: Voo direto entre Lisboa e a China arranca até março. Consultado em: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/aviacao-voo-direto-entre-lisboa-e-a-china-arranca-ate-marco-398576>, 15/01/2019

(em particular, o ensino das duas línguas), *think tanks*, media, províncias e cidades amistosas, tudo isso aumentando consideravelmente o conhecimento mútuo entre os povos dos dois países, e ao mesmo tempo, criando as novas oportunidades para o crescimento do turismo bilateral.

3.3 A energia *offshore* e os transportes marítimos

O investimento e a exploração de energia *offshore* têm extrema importância do ponto de vista da segurança e da sustentabilidade. Neste contexto, o mar é chamado por duas vantagens: primeiro, o mar como fontes de energia, quer tradicional (proveniente de combustíveis fósseis) quer renováveis (o vento e as ondas); segundo, o mar como via de transporte de energia por redes elétricas submarinas, quer por embarcações quer por *pipelines* (Pitta e Cunha, 2011:90-95). E neste âmbito, a cooperação marítima entre a China e Portugal não parte do zero. A crise da dívida europeia levou ao surgimento de investimentos chineses de grande escala no sector da energia da Europa, incluindo Portugal. Com investimentos relevantes nas grandes empresas energéticas portuguesas, nomeadamente, a China Three Gorges adquiriu 23% da participação da EDP e 49% da EDP Renováveis, a State Grid of China adquiriu 24% da participação da REN, a China tornando-se assim um *stakeholder* importante ligado ao sector da energia português. As cooperações estratégicas entre as empresas luso-chinesas energéticas residem não só em benefícios financeiros, mas também em crescimento e desenvolvimento conjunto em áreas de tecnologia e cooperação no terceiro mercado. Neste sentido, foram criados conjuntamente centros de I&D para conduzirem pesquisas nas áreas de energias renováveis e redes elétricas inteligentes, incluindo a investigação de interconexão por via de *pipelines* submarinos entre Portugal e Marrocos no caso da REN. Por enquanto, ainda são projectos demorados e complexos, que não vão ter impactos económicos de curto prazo.

3.4 Os Portos

É, talvez, uma área de cooperação mais importante e também mais sensível do ponto de vista da competitividade e da chamada grande estratégia. Os Portos, e em particular o Porto de Sines, foram sublinhados explicitamente no Memorando de Entendimento da

nova Rota da Seda com o reconhecimento do seu posicionamento geoestratégico¹⁴— localizado no cruzamento das principais rotas marítimas internacionais, Norte-Sul e Este-Oeste, e tem potencial para se tornar uma ligação entre o transporte marítimo e ferrovias na Europa continental. Para os especialistas económicos e executivos do setor portuário portugueses, o investimento chinês nos Portos poderá constituir uma peça-chave da parceria azul no quadro da nova Rota da Seda,¹⁵ pois é importante para Portugal melhorar as infraestruturas e aumentar a competitividade portuária na cadeia logística global. E para a China, é importante ter acesso a uma rede de transporte marítimo mais sólida e flexível para fins da segurança e desenvolvimento económico.

No entanto, o investimento acelerado da China nos Portos europeus nos últimos anos (ver Tabela 2) tem capturado a atenção e as preocupações da UE sobre as suas “infraestruturas estratégicas”, sobretudo, a nível da competitividade económica.¹⁶ Por outro lado, isso também chamou a atenção dos EUA, preocupando com a eventual influência chinesa nos países europeus, ou pelo menos, com as suspeitas de resultados. E esta contradição reflecte-se explícita ou implicitamente no caso de Portugal, e terá certamente impacto, se não for decisivo, no resultado da parceria azul sino-portuguesa nesta área.

Tabela 2: Aquisição chinesa das infra-estruturas dos Portos europeus

Port	Year	Asset	Acquiring firm	Stake	Value in euros
Rotterdam (NL)	2016	CT	COSCO Shipping	35%	143.3 million
Antwerp (BE)	2004	CT	COSCO Pacific	25%	133.9 million

¹⁴ No Memorandum of Understanding between the Government of the People’s Republic of China and the Government of the Portuguese Republic on Cooperation within the Framework of the Silk Road Economic Belt and The 21st Century Maritime Silk Road Initiative, o papel dos portos é inserido como área de cooperação no âmbito de transporte e infraestrutura, e descrito com a seguinte redação: “*The two sides will conduct cooperation and exchanges on maritime infrastructure connectivity, taking into account the important role of the Port of Sines and other ports may fulfill in the implementation of the Belt and Road Initiative, given their privileged geographic position*”.

¹⁵ Revista Transportes: Na Nova Rota da Seda: As oportunidades para Portugal. TR 173 Julho 2017, P6.

¹⁶ A definição dos princípios das relações UE-China no âmbito da cooperação da infraestrutura é expressada no documento 2016 EU Strategy on China, procurando uma “*synergies between OBOR and the trans-European transport network (TEN-T)*”. Consultado em European Parliament Briefing (2018): [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/614767/EPRS_BRI\(2018\)614767_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/614767/EPRS_BRI(2018)614767_EN.pdf)

Port	Year	Asset	Acquiring firm	Stake	Value in euros
Zeebrugge (BE)	2014	CT	China Shipping, in 2016 merged with COSCO	24%	n.a.
	2017	CT	COSCO Shipping	76%	35 million
Bilbao (ES)	2017	CT	COSCO Shipping	51% of Noatum	203 million
Valencia (ES)		CT			
Madrid (ES)		Rail port			
Zaragoza (ES)		Rail port			
Marseilles (FR)	2013	CT	China Merchants Group International	49% of Terminal Link*	400 million
Vado Ligure (IT)	2016	CT	COSCO/Qingdao Port International	40% and 9.9%	53 and 15.5 million
Piraeus (EL)	2008	CT	COSCO Pacific	35-year lease to operate two piers	4.3 billion plus upgrading investment
	2016	CT		51%	280.5 million
	2021	CT		16%**	88 million

Source: EPRS research as of February 2018, CT= container terminal, *Terminal Link owns 15 CTs in eight countries, **conditional on an investment of 350 million (euros), in European Parliament Briefing (2018)

3.5 A prospecção das redes lusófonas: a cooperação tripartida

Perante todas as oportunidades e os desafios inevitáveis, partindo duma perspectiva relacional, é suposto que as redes relacionais poderá também contribuir para mitigar as tensões potenciais e melhorar o uso dos recursos de cada parte, a chamada cooperação tripartida. Neste sentido, a comunidade dos países de língua portuguesa poderá desempenhar um papel importante nas relações sino-portuguesas. Em termos do potencial da cooperação marítima, com uma área total de Zona Económica Exclusiva (ZEE) de cerca de 8 milhões de Km², os países de língua portuguesa têm hoje a quarta maior ZEE do mundo; o mar é um dos elementos identitários desta comunidade de países; todos os países de CPLP são países costeiros e três são arquipélagos; sendo a CPLP uma comunidade de países costeiros, os Transportes Marítimos, Portos e Logística são vitais para o desenvolvimento dos países membros (Salvador, 2018).

Após o regresso de Macau, a China tem-se empenhado para promover a parceria com os PLP como um bloco lusófono, para além de desenvolver uma diplomacia mais sofisticada com cada um deles. Lá está uma lógica relacional. Por incentivo do Governo

Central Chinês, constituiu-se em 2003 o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum) em Macau, um círculo relacional de cooperação em torno de elo linguístico—a língua portuguesa, sendo que o português é a segunda língua oficial da RAEM. O Fórum organiza e coordena regularmente os encontros de alto nível, feiras de promoção de investimento, exposições comerciais, treinamento de pessoal, etc.. Entre eles, destaca-se, em especial, a trienal Conferência Ministerial que reúne os ministros da China e dos países lusófonos com a missão de discutir e aprovar o Plano de Ação trienal para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os PLP. No Plano de Ação (2017-2019) aprovada em outubro de 2016, verifica-se um grande alargamento das áreas de cooperação que cobre comércio, investimento, cooperação de indústria, infraestrutura, finanças, agricultura, energia, transporte, educação, turismo, cultura, desporto, ambiente, saúde, ciência e tecnologia etc.. Ainda nesse documento, o conceito de “Uma Faixa, Uma Rota” foi introduzido pela primeira vez, o que se interpreta a extensão do projeto da nova Rota da Seda para os PLP.

Bibliografia

Livros e artigos

Pitta e Cunha, Tiago. (2011). Portugal e o Mar. Fundação Francisco Manuel dos Santos
Qin, Yaqing. (2018). A relational theory of world politics. Cambridge University Press. New York.

Documentos oficiais

Memorandum of Understanding between the Government of the People's Republic of China and the Government of the Portuguese Republic on Cooperation within the Framework of the Silk Road Economic Belt and The 21st Century Maritime Silk Road Initiative

Declaração Conjunta entre a República Portuguesa e a República Popular da China sobre o Reforço da Parceria Estratégica Global. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=2fd99222-ca9f-403c-91d9-1b1bbb8cfb7>

COM (2012) 491 final. Evolução da política marítima integrada da União Europeia. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52012DC0491&from=EN>, Bruxelas

JOIN (2016) 30 final. Elements for a new EU strategy on China. Disponível em: http://eeas.europa.eu/archives/docs/china/docs/joint_communication_to_the_european_parliament_and_the_council_-_elements_for_a_new_eu_strategy_on_china.pdf

Joint Press Statement: The European Commission and the Government of the People's Republic of China on 2017 EU-China Blue Year. Disponível em: https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/sites/maritimeaffairs/files/eu-china-blue-year-2017_en.pdf

European Parliament Briefing (2018). China's Maritime Silk Road initiative increasingly touches the EU. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/614767/EPRS_BRI\(2018\)614767_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/614767/EPRS_BRI(2018)614767_EN.pdf)

Imprensa

European Commission Press: Commissioner Vella travels to China to strengthen maritime ties. Disponível em: https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/content/commissioner-vella-travels-china-strengthen-maritime-ties_en, 07/12/2017

European Commission Press: Eu and China sign landmark partnership on oceans. Consultado em: https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/content/eu-and-china-sign-landmark-partnership-oceans_en, 16/07/2018

Jornal da Economia do Mar: Lisboa acolha dois eventos sobre o mar a partir de amanhã. Disponível em: <http://www.jornaldaeconomiamar.com/lisboa-acolhe-dois-eventos-sobre-o-mar-a-partir-de-amanha/>, 15/05/2019

Jornal chinês *People's Daily Overseas Edition*: 习近平回国途中经停葡萄牙 (Tradução do autor: Xi Jinping fez uma escala técnica em Portugal na viagem de regresso à China) Disponível em: http://paper.people.com.cn/rmrbhwb/html/2014-07/25/content_1457000.htm, 07/25/2014

Correio da manhã: China e Portugal convergem sobre economia azul. Disponível em: https://www.cmjornal.pt/economia/detalhe/china_e_portugal_convergem_sobre_economia_azul, 14/11/2014.

Economia: Ministra do Mar em visita à China para vender portos portugueses. Disponível em: <https://expresso.pt/economia/2017-10-30-Ministra-do-Mar-em-visita-a-China-para-vender-portos-portugueses>, 30/10/2017.

Diário de Notícias: Uma amizade que transcende o tempo e o espaço, uma parceria voltada para o futuro. Disponível em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/02-dez-2018/interior/uma-amizade-que-transcende-o-tempo-e-o-espaco-uma-parceria-voltada-para-o-futuro-10265258.html>, 02/12/2018

Diário do Povo Online (Versão em português): Portugal e China reforçam cooperação no âmbito da parceria azul. Disponível em: <http://portuguese.people.com.cn/n3/2018/1205/c309814-9525679.html>, 05/12/2018

O Jornal Económico: Aviação: Voo direto entre Lisboa e a China arranca até março. Disponível em: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/aviacao-voo-direto-entre-lisboa-e-a-china-arranca-ate-marco-398576>, 15/01/2019

Revista Transportes: Na Nova Rota da Seda: As oportunidades para Portugal. TR 173 Julho 2017